

Discurso do Enviado Pessoal do Secretário-Geral para Moçambique, Mirko Manzoni, na Sessão sobre Silenciar as Armas do Conselho de Segurança

30 de Março de 2023

NOVA IORQUE, EUA

- Sr. presidente;
- Excelências; e
- Senhoras e senhores.

Obrigado pela oportunidade de informar o Conselho de Segurança sobre os esforços para promover a agenda "Silenciar as armas".

Sinto-me honrado por poder falar-vos hoje na qualidade de Enviado Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas para Moçambique, cargo que desempenhei durante quase quatro anos e através do qual acompanhei toda a implementação do o Acordo de Maputo para a Paz e Reconciliação Nacional entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

O meu envolvimento neste processo começou em 2016, enquanto Embaixador da Suíça em Moçambique, quando integrei uma pequena equipa de mediação, com quem me desloquei várias vezes ao mato para falar com ambas as partes, criando confiança e uma relação que continua a este dia.

A mediação, assinatura e implementação do Acordo de Maputo tem gerado esperança e inspiração. Vejo quatro razões fundamentais para o seu sucesso: estabelecer a apropriação nacional desde o início, construir confiança, permanecer flexível e garantir um processo centrado no ser humano durante todo o processo.

Permita-me focar nessas razões, para partilhar progressos e reflexões sobre o que podemos aprender ao considerar a prevenção e resolução pacífica de conflitos e esforços de construção da paz.

Gostaria de destacar que também houve muitos desafios a serem superados junto com os diretores - mas essas são as razões pelas quais isso foi possível.

Sr. Presidente,

Começarei com a propriedade nacional. Em qualquer contexto, os atores locais e nacionais têm a melhor compreensão das nuances de um conflito e, portanto, devem liderar e possuir seus próprios processos de paz.

A propriedade nacional pode atuar como um catalisador para o progresso, incentivando uma maior adesão das partes interessadas e produzindo resultados mais relevantes. O papel dos atores internacionais é apoiar.

O Governo de Moçambique e a Renamo mantiveram a apropriação e a iniciativa no estabelecimento da arquitectura de paz nacional desde o início, e ambas as partes ganharam confiança pelo seu igual compromisso e respeito mútuo.

Com anteriores tentativas falhadas de paz, desta vez Moçambique colocou os esforços nacionais no seu centro. E está funcionando.

Evidentemente, para que os atores nacionais assumam essa apropriação, deve haver vontade política. No contexto moçambicano, ambos os lados têm consistentemente mostrado e dado saltos de fé corajosos para priorizar a paz para o seu povo.

Embora a equipa central de mediação tenha desempenhado um importante papel de facilitação, o Governo defendeu soluções nacionais para problemas nacionais – ouvindo e criando uma cultura de diálogo entre o Governo e a Renamo.

E para ser um processo verdadeiramente nacional, deve abranger toda a população.

Como ouvimos de vários Estados Membros nesta mesa durante o evento de assinatura de Moçambique sobre como fazer avançar a agenda de mulheres, paz e segurança em 7 de março, excluir as mulheres dos processos de paz é condenar esses processos ao fracasso.

Apropriação nacional significa assegurar a participação plena, igualitária e significativa das mulheres.

Em Moçambique, o processo de paz integrou a participação das mulheres nas negociações e nas estruturas de implementação. Foi orientado por quadros relevantes nacionais e internacionais sobre Mulheres, Paz e Segurança, incluindo a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e o próprio Plano de Acção Nacional de Moçambique.

Sr. presidente,

Estamos plenamente convencidos de que outra razão para o sucesso do processo de paz em Moçambique tem sido a promoção da confiança entre as partes.

Uma indicação inicial disso foi o fato de que apenas um mês após o reinício das negociações entre os dois líderes, o presidente Filipe Jacinto Nyusi e o então líder da Renamo, Afonso Dhlakama, foi anunciado um cessar-fogo.

A confiança entre as partes foi ainda mais fomentada pela implementação de acordos parciais adicionais enquanto as negociações estavam em andamento - notavelmente, o Acordo Constitucional sobre descentralização e o Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares foram ambos assinados antes do acordo de paz.

Essa abordagem de implementação progressiva, usando medidas de fortalecimento da confiança, ajudou a aumentar a confiança e deu a cada Parte um senso de propósito e realização.

Recomendo a confiança mútua alcançada entre as partes e como isso se refletiu no compromisso exemplar demonstrado pelas estruturas nacionais de implementação para trabalhar em conjunto para realizar todos os aspectos dos acordos.

Sr. Presidente,

A terceira razão do sucesso do processo de paz em Moçambique é a sua flexibilidade.

O processo adotou uma abordagem inovadora e adaptável com investimentos direcionados para incorporar a paz. As dificuldades encontradas ao longo do caminho foram tratadas com diálogo direto e aberto entre as partes e com agilidade na tomada de decisão e na ação.

Por exemplo, muitas atividades foram interrompidas devido à pandemia global da COVID-19. No espaço de um mês, o Presidente Nyusi e o líder da Renamo reuniram-se e realizaram extensas consultas, facilitando em última instância o reinício seguro das actividades do DDR em Junho de 2020.

A pandemia da COVID-19 poderia ter prejudicado a caminhada de Moçambique para a paz se a flexibilidade necessária não estivesse presente.

Acreditamos firmemente que a adoção de uma abordagem flexível e ágil para cronogramas e atividades também foi essencial para ajudar a garantir que o processo continue refletindo as necessidades em evolução das partes. E dos doadores e da comunidade internacional, a flexibilidade tem sido indispensável.

Os processos de paz são processos políticos. Em qualquer processo político há muitas partes em movimento, e deve haver espaço para retrocessos, cronogramas alterados e mudanças de direção.

Sr. Presidente,

É importante lembrarmos frequentemente que os processos de paz são para as pessoas. Manter uma abordagem centrada no ser humano não é apenas a coisa certa a fazer, mas garante a melhor chance de sucesso.

As pessoas foram colocadas no centro do processo de DDR em Moçambique, sensibilizando os beneficiários do DDR em todas as fases, garantindo desarmamento e desmobilização sensíveis ao género e priorizando oportunidades de reintegração sensíveis ao conflito.

Isso teve um impacto direto no avanço do processo, pois os envolvidos se sentiram ouvidos e priorizaram suas necessidades. Ao envolver todos, estamos dando à paz uma melhor chance de sucesso.

Colocar as pessoas em primeiro lugar compensa em dividendos de paz.

Como elemento-chave da iniciativa de paz, o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) viu mais de 4.800 beneficiários do DDR se estabelecerem em comunidades de sua escolha para iniciar sua jornada de reintegração com membros da comunidade acolhendo essas mulheres e homens.

O progresso no desenvolvimento local inclusivo tem sido crucial para incorporar a paz nas comunidades.

Para isso, os programas de DDR também devem ter uma visão de longo prazo, em vez de serem vistos como um processo técnico e limitado no tempo.

O processo moçambicano aborda questões de longa data, como pensões para os desmobilizados, e introduz estratégias inovadoras para estimular o envolvimento de uma ampla gama de atores, incluindo o setor privado, para incorporar a sustentabilidade a longo prazo da paz.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para elogiar a coragem e sabedoria do Governo em buscar uma solução pragmática para as pensões.

A recente aprovação de um decreto que alarga as pensões aos desmobilizados é um momento histórico, resolvendo não só questões pendentes do passado, mas também investindo na sustentabilidade do actual processo de paz e dando um exemplo de reconciliação para o resto do mundo.

A inclusão dos desmobilizados no sistema nacional de pensões é crucial para a sustentabilidade do processo de paz. É também um passo importante para a reconciliação nacional, proporcionando aos beneficiários do DDR um sentido de dignidade e reconhecimento pelo serviço prestado após a desmobilização.

Adicionalmente, o processo de reconciliação adoptou uma abordagem abrangente de longo prazo e procura integrar a educação para a paz no tecido da sociedade moçambicana.

Cada indivíduo tem um papel a desempenhar na consolidação e manutenção da paz.

Sr. presidente,

Combinados, propriedade nacional, confiança, flexibilidade e uma abordagem centrada no ser humano criaram um compromisso de continuidade, paciência e acompanhamento, resultando em implementação sustentada das partes, implementadores, beneficiários do DDR, sociedade moçambicana e comunidade internacional em grande.

Acredito que isso foi possível devido ao caso único de Moçambique, onde as mesmas pessoas que estiveram envolvidas nas negociações são as que estão envolvidas na implementação. Isso dá continuidade ao processo e se baseia em anos de trabalho árduo construindo confiança com as partes, incentivando e facilitando o diálogo discreto.

Silenciar as armas e abraçar o diálogo está a tornar-se uma forma moçambicana de fazer as coisas, e isso é essencial para uma paz duradoura.

Quase quatro anos após a sua implementação, o Acordo de Maputo para a Paz e Reconciliação Nacional está a criar raízes cada vez mais profundas. O processo de paz demonstra o compromisso dos líderes do país com o diálogo como o único caminho sustentável para a paz.

Na Província de Cabo Delgado, Moçambique aplica também um modelo de construção da paz e segurança através de soluções regionais e locais dinâmicas, procurando aproveitar as intervenções inter-africanas para resolver os desafios do continente.

Aproveitando o enorme potencial oferecido pelas organizações e parceiros regionais, Moçambique construiu um quadro de acção concertada, onde a coordenação entre os actores envolvidos na prevenção de conflitos e consolidação da paz tem sido essencial.

Esses atores não apenas conhecem bem a dinâmica do conflito, mas também são afetados diretamente à medida que as ameaças se tornam cada vez mais transnacionais.

Sr. presidente,

Para encerrar, deixe-me enfatizar que o sucesso de um processo de paz não deve ser medido pelas dificuldades que ele encontra; ao contrário, deve ser julgado com base em como os envolvidos optam por superar tais dificuldades.

Embora não exista uma abordagem única para a construção da paz, acho que coletivamente identificamos alguns blocos de construção básicos que serão relevantes e aplicáveis a outros contextos.

Felicito o Presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, ex-líder da Renamo Afonso Dhlakama e actual líder Ossufo Momade, por acreditar na paz e por ouvir as vozes de milhões de moçambicanos que há tanto tempo desejam a paz.

Continuo profundamente grato pelo apoio contínuo que recebo de ambas as partes, do Secretário-Geral das Nações Unidas e da comunidade internacional. Esse apoio tem sido crítico.

Aguardo com grande expectativa a continuação da parceria para apoiar os moçambicanos no seu esforço de construir um futuro melhor e uma paz duradoura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.